

## DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD

<b>ÓRGÃO</b>	PREFEITURA DE CORDISBURGO
<b>SETOR REQUISITANTE</b>	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

### **Objeto:**

**INSCRIÇÃO EM CURSO ABERTO COM O TEMA SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS.**

### **Justificativa**

A capacitação contínua dos agentes públicos é fundamental para assegurar a correta condução dos procedimentos administrativos disciplinares, em especial no que se refere à instauração e ao desenvolvimento de sindicâncias e processos administrativos disciplinares (PAD). O aprofundamento no tema, à luz da jurisprudência dos tribunais, possibilita a atuação mais segura, técnica e alinhada aos entendimentos consolidados do Poder Judiciário, reduzindo riscos de nulidades e garantindo a observância dos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. Além disso, a participação em curso específico sobre sindicância e processo administrativo disciplinar contribui para o aprimoramento das decisões administrativas, promovendo maior eficiência, legalidade e transparência na apuração de responsabilidades no âmbito da Administração Pública. Tal qualificação reflete diretamente na melhoria da gestão pública, assegurando que os atos praticados estejam em conformidade com a legislação vigente e com a interpretação atual dos tribunais.

### **1.Fundamentação Legal e Normativa**

A participação em cursos sobre licitações atende ao princípio da **eficiência administrativa**, previsto no **artigo 37 da Constituição Federal**, além de estar alinhada com a necessidade de capacitação contínua dos servidores públicos conforme recomendações do Tribunal de Contas e demais órgãos de controle.

### **2.Atualização sobre a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021)**

Diante da constante evolução da jurisprudência dos tribunais superiores e dos órgãos de controle, é essencial que os agentes públicos estejam atualizados quanto às diretrizes aplicáveis à condução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, especialmente no que se refere a:

- Instauração e correta formalização da sindicância e do PAD
- Observância dos princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa
- Produção e valoração de provas no processo administrativo
- Tipificação de infrações e aplicação de penalidades
- Entendimentos jurisprudenciais atualizados dos tribunais sobre nulidades e vícios processuais

### **3. Redução de Riscos e Irregularidades**

O treinamento capacita os servidores quanto às boas práticas na condução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, reduzindo riscos de nulidades, anulações de penalidades, responsabilização da Administração Pública e questionamentos pelos órgãos de controle e pelo Poder Judiciário.

#### **4. Melhoria na Gestão e Economia para a Administração Pública**

Uma equipe capacitada proporcionará maior eficiência na condução dos processos disciplinares, garantindo maior segurança jurídica, celeridade na apuração de responsabilidades e decisões mais fundamentadas, contribuindo para a melhoria da gestão pública.

#### **5. Qualificação Técnica e Profissionalização**

O curso possibilita o desenvolvimento de competências essenciais para os servidores que atuam direta ou indiretamente na apuração de infrações administrativas, assegurando maior profissionalização na condução de sindicâncias e processos disciplinares.

#### **6. Atendimento às Demandas Específicas da Administração Pública**

A participação no curso contribui para a padronização dos procedimentos internos relacionados à apuração disciplinar, aprimorando a atuação das comissões de sindicância e PAD, evitando retrabalho, falhas processuais e garantindo maior eficiência na responsabilização de agentes públicos.

#### **7. Indicação de agentes Municipais**

Será indicado um (01) servidor municipal que atua no setor jurídico da Prefeitura para participar do curso com o tema Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar à luz da jurisprudência dos tribunais, a ser realizado na modalidade online no dia 26 de março de 2026.

#### **GRAU DE PRIORIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Baixa

Média

Alta

#### **DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO**

ITEM	QNT	UNI MED	DETALHAMENTO	PREÇO ESTIMADO	
				UNIT.	TOTAL
001	01	Inscrição	Inscrição em curso aberto com o tema sindicância e processo administrativo disciplinar à luz da jurisprudência dos tribunais.	R\$ 1.315,00	R\$ 1.315,00

**PREVISÃO DE DATA EM QUE DEVE SER INICIADA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

O Curso deverá ser realizado no dia 26 de março de 2026.

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

<input type="checkbox"/>	Continuado	<input checked="" type="checkbox"/>	Não continuado
<input checked="" type="checkbox"/>	Parcela única	<input type="checkbox"/>	Mensal
<input type="checkbox"/>	Semanal	<input type="checkbox"/>	Outro:
<input type="checkbox"/>	Quinzenal		

**EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS OU PROTÓTIPO**

Não.  
 Sim.

**RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA**

Não.  
 Sim.

**RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS DO CONTRATANTE**

Não.  
 Sim.

**LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

O curso ocorrerá no dia 26 de março de 2026 na modalidade online.

**DEFINIÇÃO DA NECESSIDADE DE ELABORAÇÃO OU NÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**

Com base na baixa complexidade do objeto, o estudo preliminar e o gerenciamento de riscos da contratação serão dispensados para esta contratação, bastando a elaboração de termo de referência ou projeto básico, se for o caso.

**ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO**

Como se trata da inscrição em um curso aberto, a pesquisa de mercado foi realizada com base em cursos semelhantes, considerando tema, duração e programação. Além disso, verificou-se que o valor a ser pago está dentro da média, conforme portal PNCP, conforme demonstrado nos relatórios anexos.

**JUSTIFICATIVA:** A contratação será realizada com a empresa AP Organização Paulista em Gestão Pública Ltda EPP, inscrita no CNPJ nº 09.602.302/0001-04, responsável pela organização do curso "Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar à luz da jurisprudência dos tribunais", a qual possui reconhecida experiência e credibilidade na capacitação de agentes públicos, especialmente na área de direito administrativo disciplinar.

Destaca-se que a empresa apresentou a documentação necessária para a

contratação, atendendo aos requisitos legais exigidos. Ressalta-se, ainda, que o valor total da contratação não ultrapassa o limite de R\$ 62.725,59 para o exercício de 2025, motivo pelo qual a contratação poderá ser realizada por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

### CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

**1) Execução de Serviço:**

( ) Pessoa Física ( x ) Pessoa Jurídica

**2) Recurso Federal?**

( ) SIM ( x ) NÃO

### DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

GESTÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - FONTE 1500

02.04.010 - 04.122.0021.2024 - 3.3.90.39.00 - F: 26

2021

  
Eleuza Ferrelta Barbosa  
Assessora de Contabilidade  
Assessor(a) de Contabilidade  
RFB Nº 01221970-5-MA SP 017792

Data: 19/03/2026.

  
Vivian Liboreiro da Silva Araújo  
Secretaria de Administração e Fazenda

# SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA

**INSCRIÇÕES:** <https://www.assessoriapublica.com.br/curso/sindicancia-e-processo-administrativo-disciplinar-a-luz-da-jurisprudencia-dos-tribunais/2259>

## **Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar à Luz da Jurisprudência dos Tribunais**

**Objetivo:** Preparar os servidores para atuarem nas sindicâncias e nos processos administrativos disciplinares, apresentando entendimentos atuais dos tribunais pátrios, orientando para que não cometam atos que podem ensejar a anulação dos processos no poder judiciário. Abordar todas as fases do processo, desde a formação das comissões, portaria inicial, citação, audiências, perícias, alegações finais e relatório, comentando e instruindo sobre a forma mais indicada para cada ato.

### **Data e local:**

**26 de Março de 2026.**

**ONLINE e AO VIVO**, pela plataforma Google Meet.

Precisa solicitar liberação e não sabe como?

<https://www.assessoriapublica.com.br/material/modelo-carta-de-solicitacao-ao-gestor-online>

**Carga horária:** 08h/aula

**Horários previstos:** Início às 8h45 e término às 17h.

### **Programação:**

**1. Considerações iniciais sobre o direito administrativo disciplinar.**

**2. Competência para legislar sobre o regime disciplinar dos servidores públicos:**

2.1 Aplicação para os servidores estatutários e celetistas;

2.2 Necessidade ou não de lei municipal;

2.3 O que deve constar na lei.

**3. A apuração prévia dentro de cada setor antes da sindicância:**

3.1 Sua importância;

3.2 Como realizar essa apuração.

**4. A sindicância:**

4.1 Necessidade ou não de sindicância;

4.2 Comissão para realização de sindicâncias;

4.3 Formação da comissão;

4.4 Nível hierárquico dos membros da comissão;

4.5 Dispensa de garantias de contraditório e ampla defesa na sindicância exclusivamente investigativa;

4.6 Portaria inicial da sindicância;

4.7 Conclusão da comissão.

**5. O processo administrativo disciplinar:**

5.1 Competência para instauração;

5.2 Portaria de instauração e seus requisitos;

5.3 Comissão processante;

5.3.1 Formação e nível hierárquico dos membros;

5.4 PAD e legalidade: princípio da tipicidade, do formalismo moderado e da oficialidade;

- 5.5 PAD e publicidade: informação dos atos processuais, certidão e intimação. Intimação pessoal, por e-mail, por carta ar e outros meios;
- 5.6 Como utilizar esses meios e em quais situações;
- 5.7 A questão do sigilo do PAD;
- 5.8 PAD contra servidor licenciado.

## **6. O afastamento preventivo do servidor durante o processo**

- 6.1 A questão do pagamento dos vencimentos no período de afastamento.

## **7. Acusação simultânea em processo penal e PAD:**

- 7.1 Citação adequada;
- 7.2 Tempo razoável para intervenção do acusado no processo;
- 7.3 Formas de citação;
- 7.4 Citação por edital;
- 7.5 O que deve constar da citação.

## **8. Fase probatória:**

- 8.1 Oitiva de testemunhas, novos documentos, perícias e outras provas;
- 8.2 Como produzir essas provas;
- 8.3 O direito de audiência do servidor;
- 8.4 A defesa técnica por advogado;
- 8.5 Técnicas de audiência e de valoração da prova;
- 8.6 A busca da verdade material;

## **9. As alegações finais e o relatório conclusivo da comissão.**

## **10. Direito de recurso e “reformatio in pejus”.**

## **11. A prescrição da pretensão administrativa punitiva.**

## **12. Pós-Curso.**

### **Público Alvo:**

Membros de comissões de sindicância e de processo administrativo disciplinar, advogados, procuradores e assessores jurídicos, diretores de recursos humanos e departamentos congêneres.

**Consultor: Carlos Cesar Pinheiro da Silva** - Advogado formado pela FADI Sorocaba em 1990. Pós Graduado em Direito Tributário. Pós Graduado em Direito Público. Assessor da Câmara Municipal de Votorantim em 1991. Procurador Jurídico do Município de Votorantim/SP, de 1992 até 2012, onde também exerceu o cargo de Secretário de Negócios Jurídicos 1997/2000. Foi Professor de Direito Administrativo e Teoria Geral do Direito desde 1998, lecionando na graduação nas seguintes faculdades: FKB Itapetininga, UNIP Sorocaba, FIB Boituva, ESAMC Sorocaba. Foi professor e Coordenador do curso de Graduação Tecnológica em Gestão Imobiliária na UNISO Sorocaba. Na Pós-Graduação lecionou na FADITU Itu (Módulo Parcelamento do Solo na Pós em Direito Imobiliário). Professor de cursos preparatórios para carreiras jurídicas. Professor dos cursos de Pós-graduação do Instituto Júlio Cesar Sanches em Campo Grande MS e Palmas TO. Coordenador no Estado de São Paulo, do grupo de loteamentos do CRECISP desde 2006. Secretário da Fazenda e Planejamento do município de Tatuí em 2015/2016. Atualmente leciona no MBA Estratégias Imobiliárias, da Faculdade Novoeste, Campo Grande MS, no módulo parcelamento do solo e na Pós Graduação em Direito Imobiliária da ESU Educacional SP, nos módulos de Parcelamento do Solo e Regularização Fundiária. Mais de 300 treinamentos já ministrados para Servidores Públicos Municipais nas áreas de Parcelamento do Solo, Regularização Fundiária, ITBI/IPTU e Processo Administrativo Disciplinar. Consultor Jurídico do Método LOTE de Londrina. Consultor Jurídico de diversas empresas Loteadoras. Diretor Jurídico da empresa Usu Campeão, Tecnologia em Regularização Fundiária.

### **Investimento individual**

#### **O que está incluso no meu investimento?**

Material didático completo, certificado de conclusão com carga horária de 8h/aula e suporte técnico durante 12 meses.

**Para inscrições pagas até o dia 19/03/2026:**

**R\$ 1.274,00**

**Para inscrições pagas até o dia 23/03/2026:**

**R\$ 1.315,00**

**Valor a ser investido para pagamento após o prazo promocional (por depósito bancário, boleto ou parcelado no cartão de crédito):**

**R\$ 1.385,00**

**Formas de Pagamento:**

- Depósito bancário;
- Boleto bancário;
- Cartão de crédito
- PIX

**Dados para Depósito**

**AP Organização Paulista em Gestão Pública Ltda EPP**

CNPJ: 09.602.302/0001-04

Endereço: Rod. Olegário Ferraz, S/N – Aeroporto - CEP: 16.052-800. Cidade: Araçatuba - SP.

**Dados bancários para pagamento:**

**Caixa Econômica Federal - Banco 0104 - agência 0281 - Araçatuba - SP.**

Conta Corrente nº 003-440-9

**Ou**

**Bradesco - Banco 0237 - agência 0110-4 - Araçatuba - SP.**

Conta Corrente 0121635-0

**Ou**

**Brasil – Banco 001 - agência 7646-5 – Araçatuba - SP**

Conta Corrente 42000-X

**Chave PIX: CNPJ: 09.602.302/0001-04**

## **FICHA DE INSCRIÇÃO:**

**Dados dos participantes:**

Nome completo:

CPF:

Função:

Data de nascimento:

Celular:

E-mail:

**Dados do órgão:**

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

CEP:

Telefone:

E-mail:

A Organização Paulista reserva-se do direito de alterar a data ou adiar o evento quando houver insuficiência de inscritos.

O treinamento será confirmado em até 72h de sua realização, avisado por e-mail e telefone à todos os servidores inscritos.

Se preferir não receber mensagens como esta, cancele sua assinatura respondendo a mensagem com um "EXCLUIR" no assunto.

Está previsto para acontecer na modalidade online e presencial. Garantimos que a qualidade será a mesma nas duas modalidades bem como a interação.





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>09.602.302/0001-04</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>21/05/2008</b>	
NOME EMPRESARIAL <b>AP ORGANIZACAO PAULISTA EM GESTAO PUBLICA LTDA</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ORGANIZACAO PAULISTA EM GESTAO PUBLICA LTDA</b>		PORTE <b>EPP</b>	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>			
LOGRADOURO <b>ROD OLEGARIO FERRAZ</b>	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO <b>COND AV. FLAMBOYANT 105</b>	
CEP <b>16.052-800</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>AEROPORTO</b>	MUNICÍPIO <b>ARACATUBA</b>	UF <b>SP</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>NILSONNERIS@HOTMAIL.COM</b>		TELEFONE <b>(18) 3621-6936/ (18) 9721-8809</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>21/05/2008</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **05/03/2025** às **09:52:22** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: AP ORGANIZACAO PAULISTA EM GESTAO PUBLICA LTDA**  
**CNPJ: 09.602.302/0001-04**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:05:15 do dia 03/12/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/06/2026.

Código de controle da certidão: **CD69.4FF5.3FDE.9ACF**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimir



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 09.602.302/0001-04  
**Razão Social:** AP ORGANIZACAO PAULISTA EM GESTAO PUBLICA LTDA  
**Endereço:** ROD OLEGARIO FERRAZ S/N COND AV. FLAMBOYAN / AEROPORTO / ARACATUBA / SP / 16052-800

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 18/02/2026 a 19/03/2026

**Certificação Número:** 2026021820271579651233

Informação obtida em 03/03/2026 08:46:59

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Finanças  
Departamento de Rendas Municipal

### Certidão Negativa de Tributos Municipais

Certidão número : 1530-8192-9089  
Contribuinte : AP ORGANIZACAO PAULISTA EM GESTAO PUBLICA LTDA  
CNPJ / CPF : 09.602.302/0001-04  
Inscrição : 759363  
Endereço : AVN: FLAMBOYANT, 105  
Bairro : RESIDENCIAL DELTA NORTE, CEP: 16052-903.  
Emitida em : 04/03/2026 às 09:24:05  
Válida até : 03/04/2026  
Observação:

Ressalvando o direito que cabe a Fazenda Pública Municipal de exigir na forma da Legislação vigente, os Tributos ou quaisquer outros emolumentos que por ventura venham a ser apurados;

**Certifica que em relação ao contribuinte acima descrito nada deve até a emissão desta, em relação aos Tributos Municipais, inclusive Imobiliários e Mobiliários, administrados pela Secretaria da Fazenda Municipal.**

As informações desta estão contidas em nosso Cadastro.

Certidão expedida via Internet

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal de Finanças (<https://s76.asp.srv.br/issonline/com.asp.iss.hautenticadocumento>).



## Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

### Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 09.602.302/0001-04

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 26010606360-86  
Data e hora da emissão 07/01/2026 10:42:39  
Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio [www.pfe.fazenda.sp.gov.br](http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br)



# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## Procuradoria da Dívida Ativa

### Certidão Negativa de Débitos Inscritos da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 09.602.302

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

**não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).**

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.



Certidão nº 79734454

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 04/03/2026 09:21:24

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>

# Ato que autoriza a Contratação Direta nº 36/2025



Última atualização 23/05/2025

**Local:** Alfenas/MG **Órgão:** UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG

☰ Portal Nacional de Contratações Públicas

🔍 Entrar

**Modalidade da contratação:** Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, II

**Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

**Fonte orçamentária:** Não informada

**Data de divulgação no PNCP:** 23/05/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

**Id contratação PNCP:** 17879859000115-1-000051/2025 **Fonte:** Compras.gov.br

## Objeto:

Pagamento de inscrição para 7 (sete) servidores da UNIFAL-MG para participação no curso "Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD) com fundamento na Lei nº 8.112/1990", que será realizado nos dias 26 a 30 de maio de 2025, em formato on-line.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 13.930,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 13.930,00

Itens	Arquivos	Contratos/Empenhos	Histórico
Número ↕	Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕
1	Curso Aperfeiçoamento / Especialização Profissional SIGE 128727 - Pagamento de Inscrição de servidor da UNIFAL-MG para participação de curso/Congresso/Treinamento, para fins de capacitação. Pagamento de inscrição para 7 (sete) servidores da UNIFAL-MG para participação no curso "Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD) com fundamento na Lei nº 8.112/1990", que será realizado nos dias 26 a 30 de maio de 2025, em formato on-line.	7	R\$ 1.990,00

Exibir: 5

1-1 de 1 itens

Página 1



< Voltar




Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

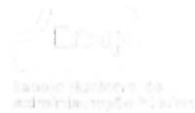
O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correção das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

 <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

 0800 978 9001

#### AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



# PRI 55/2025



Última atualização 16/05/2025

**Local:** Campo Mourão/PR **Órgão:** MUNICIPIO DE CAMPO MOURAO

**Unidade compradora:** 06001 - Gabinete do Secretário da Administração

**Modalidade da contratação:** Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, III, f

**Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

**Fonte orçamentária:** Não informada

**Data de divulgação no PNCP:** 16/05/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

**Id contratação PNCP:** 75904524000106-1-000171/2025 **Fonte:** IPM Sistemas

## Objeto:

Requisição ao compras para contratação de empresa especializada, visando a aquisição de 1 (uma) inscrição em curso on-line sobre Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 2.170,00	R\$ 2.170,00

Itens Arquivos Histórico

Número ↕	Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕
1	CURSO PARA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES.	1	R\$ 2.170,00

Exibir

1-1 de 1 itens

Página



[< Voltar](#)



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novo diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correção das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

 <https://portaldeservicosgestao.gov.br>

 0800 978 9001

**AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS**



---

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à licença de uso.

# Ato que autoriza a Contratação Direta nº 169/2025



Última atualização 25/11/2025

**Local:** Campinas/SP **Órgão:** TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO



🔍 Entrar

**Modalidade da contratação:** Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, III, f

**Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

**Fonte orçamentária:** Não informada

**Data de divulgação no PNCP:** 25/11/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

**Id contratação PNCP:** 00509968000148-1-004084/2025 **Fonte:** Compras.gov.br

## Objeto:

Inscrição dos servidores Lana Cristina da Costa Latorraca, Cleber Ribeiro Morello, Juliana Hauptmann Borelli Thomaz e Claudia Correa Barros no curso externo de capacitação 'Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD) com fundamento na Lei n.º 8112/1990'. O curso será promovido pela empresa Supreme Capacitação e Treinamento Ltda, entre os dias 24 e 28/11/2025, na modalidade on-line, com carga horária de 20 horas.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 8.320,00	R\$ 8.320,00

Itens    Arquivos    Contratos/Empenhos    Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado
1	Treinamento Qualificação Profissional	4	R\$ 2.080,00

Exibir:  1-1 de 1 itens    Página  < >

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos aparcados pelo novo diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê

A adequação, fidedignidade e correção das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

 <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

 0800 978 9001

#### AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



---

Texto destinado à exibição de informações relacionadas à licença de uso.